

Governo decide esta semana política para tarifas

BRASÍLIA — A participação das estatais nas câmaras setoriais já está acertada, mas o mecanismo de reajustes para as tarifas públicas será decidido numa reunião entre os Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Batista de Abreu, e do Trabalho, Dorothéa Werneck. A reunião deve ocorrer ainda esta semana, pois Mailson tem pressa de viabilizar as câmaras setoriais.

Pela manhã, após a reunião do setor de matérias-primas com Mailson, os dirigentes das estatais saíram animados com a perspectiva de participarem das discussões dentro das câmaras. O Presidente da Usiminas, Luís André Rico Vicente, disse que "esta é uma estratégia que deveria ter sido adotada há muito tempo". A idéia é levar para as câmaras limites pré-definidos dos reajustes.

Mesmo que o adiamento da recuperação das tarifas seja usado como contrapartida para exigir dos empresários moderação nos reajustes até março, quem decidirá os aumentos para as empresas públicas será o Ministério da Fazenda.

Para enfrentar escassez ou alta exagerada de preços de matérias-primas, o Governo vai autorizar importações, conforme acertado com os empresários. Também podem ser controladas as exportações de produtos em falta. A alta dos custos das matérias-primas é uma das maiores queixas dos empresários: produtos como aço, polietileno, papelão e folha de flândres foram apontados como vilões da inflação. No caso do polietileno, foi apresentada denúncia de cobrança de ágio de 100%.

O setor de matérias-primas não aceita o papel de vilão, mas concor-

dou com as importações. O empresário Antonio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, disse que é justo o consumidor interno buscar lá fora o produto que está em falta no mercado interno:

— Se há abusos, as empresas que estam abusando vão ser punidas.

Mas há dúvidas quanto à disposição do Governo de evitar algumas exportações. O Diretor da Cacex, Nimir Salek, disse que a medida é inviável e afirmou, ontem, que "é proibido proibir exportações". Pouco depois, suas declarações foram desautorizadas por assessores do Ministro da Fazenda. Para Antonio Ermírio, basta a liberação das importações para regular o mercado interno. Ele é contra qualquer medida que restrinja as exportações:

— Se isso acontecer, estaremos criando um novo CIP.